

**Populações Indígenas e Movimentos Rebeldes:
Pernambuco na primeira metade do Oitocentos**

MARIANA ALBUQUERQUE DANTAS*

Os movimentos rebeldes ocorridos em Pernambuco na primeira metade do século XIX, em parte suscitados pela transmigração da Corte portuguesa e pelos conflitos entre brasileiros e lusos (RIBEIRO, 2002), contaram com o envolvimento de populações pobres livres, escravos e índios, muitas vezes identificados como uma massa desprovida de interesses próprios. Mesmo que inseridos em relações desiguais de poder estendidas em redes de clientelismo nas localidades (CARVALHO, 1996: 51-52), é possível perceber a participação ativa dessas populações, em muitos momentos, a partir de escolhas políticas calcadas em trocas e conflitos com líderes rebeldes proprietários ou com o governo oficial estabelecido.

Nesse sentido, o objetivo deste artigo é iniciar uma análise sobre as diversas formas de participação de grupos indígenas nos principais movimentos rebeldes em Pernambuco na turbulenta primeira metade do Oitocentos, bem como as dinâmicas sociais nas quais esses grupos estavam inseridos, seja nas aldeias ou nas cidades e povoações vizinhas, tentando apontar a sua importância política em momentos decisivos da consolidação do Império. Ou seja, entender os vários contextos com os quais esses índios interagem, e como suas identidades foram sendo reelaboradas ao longo desse processo. Esses vários contextos e a inserção dos índios também devem ser vistos como parte de questões políticas mais abrangentes, articuladas aos momentos finais do domínio português no Brasil e, posteriormente, à afirmação do Estado imperial independente.

A consolidação e centralização do Império não se realizaram exatamente quando da Independência em 1822, mas em decorrência de processos políticos e militares que reafirmaram a consolidação do Estado entre as décadas de 1840 e 1850. Essa é uma periodização proposta por José Murilo de Carvalho, afirmando que o período a partir de 1850 seria marcado pela organização administrativa do governo após as revoltas ocorridas durante a Regência (1831-1840). A partir desse momento, por obra das elites políticas, a acumulação primitiva do poder já estava concretizada, bem como a construção da ordem imperial (CARVALHO, 2003: 249). Nesse sentido, novos desafios se configuravam para a administração do Império, principalmente a partir da direção adotada pelo gabinete

* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense.

conservador que assumira em 1848 (trindade saquarema), quando foi reprimida a última revolta liberal, a Praieira na província de Pernambuco. (BASILE, 1990: 246).

Assim, até consolidar-se, a direção imperial, vivenciada por diferentes gabinetes (conservadores e liberais), precisou enfrentar movimentos rebeldes e alguns separatistas durante a primeira metade do século XIX, para os quais a província de Pernambuco se apresentou como um importante espaço de realização. O destaque conferido a essa província provinha em maior medida em decorrência dessas convulsões do que propriamente por sua importância econômica ou política, diminuída devido à relevância da corte no Rio de Janeiro, de Minas Gerais e, depois, pela ascensão do café no oeste paulista. (CARVALHO, 2009: 123).

No período em questão, tem-se as seguintes rebeliões: a Insurreição de 1817, Confederação do Equador (1824), Guerra dos Cabanos (1832-1835) e a Revolução Praieira (1848-1850). Esses foram movimentos que apresentaram objetivos diferenciados e também desenvolvimentos diversos, ao mesmo tempo em que tiveram participação de setores das elites pernambucanas (e apoio ou oposição de elites de províncias vizinhas como Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte), bem como ampla participação popular movida por interesses variados, na qual podemos incluir as populações indígenas que habitavam as regiões da zona da mata, do agreste e do sertão.

A análise da participação dos diversos grupos indígenas nesses conflitos exige um esforço interpretativo e de pesquisa mais amplo do que a constatação e enumeração dos grupos de índios que participaram das rebeliões. Nesse sentido, torna-se importante entender em quais jogos políticos os indígenas se envolviam, quais os interesses que tentavam alcançar mesmo inseridos em relações desiguais de poder e como a sua participação contribuiu para a formação dos espaços que habitavam desde períodos anteriores, isto é, as aldeias e sua constituição em relação com as cidades e povoados.

1. Aldeias e vilas: reelaborações identitárias e território

Para compreender as dinâmicas sociais e políticas nas quais os índios de Pernambuco estavam inseridos é necessário fazer alguns apontamentos breves sobre a transformação dos espaços que habitavam, bem como das relações que mantiveram durante um longo período de contatos com não-índios. A vinculação entre o espaço habitado, aqui também entendido como território, as identidades indígenas e as transformações decorrentes dos contatos interétnicos, pode ser analisada por meio do conceito de *territorialização*. Este conceito é entendido como uma intervenção da esfera política, que associa um conjunto de indivíduos e grupos a limites

geográficos bem definidos, originando um objeto político-administrativo (aldeamento), que interfere na formulação da identidade étnica e na reestruturação de suas formas culturais, bem como na organização política. (OLIVEIRA, 2004) Assim, os processos de formação dos aldeamentos, de mudanças na relação com o território e de reelaboração das culturas indígenas durante o longo período colonial refletiram diretamente nas relações interétnicas no decorrer do Oitocentos.

Dessa forma, pode-se entender como, apesar das intensas mudanças vivenciadas durante o período colonial com as reduções em aldeamentos e, posteriormente, com a transformação destes em vilas e povoados com nomes, estrutura e costumes portugueses, vários povos indígenas se mantiveram no interior de seus territórios, adaptando-se a um novo espaço físico e social, no qual articulavam estratégias (ALMEIDA, 2003: 102) para atuarem na vida das cidades com que se relacionavam, na administração de suas terras e nos rumos políticos locais quando as revoltas ocorreram.

Essas estratégias podem ser entendidas a partir do que Regina Celestino aponta como culturas políticas, ou seja, ao desenvolverem suas próprias formas de compreensão da realidade colonial e do nascente sistema imperial, os índios poderiam agir de acordo com as possibilidades que lhes estavam disponíveis, posicionando-se a partir de ações que já haviam realizado num passado próximo. (ALMEIDA, 2009: 209-210). Trabalhando, assim, com a utilização de estratégias já desenvolvidas anteriormente, fazendo alianças no intuito de manter direitos adquiridos ainda durante o estabelecimento das aldeias no período colonial, principalmente levando em consideração que muitas das ações tomadas no início do século XIX refletiam posturas e situações vivenciadas durante o período anterior.

Dessa forma, torna-se possível sair de um tipo de interpretação que entende os índios compondo uma massa revoltosa em conjunto com outros desapropriados de terras. Os vários grupos indígenas envolvidos nos movimentos sociais passam a ser vistos como grupos que interagem com a sociedade não-indígena, fazendo suas escolhas tendo em vista seus interesses, posicionando-se dentro das disputas políticas locais. E essa perspectiva torna-se mais clara quando a análise das ações indígenas aponta para a sua importância na formação de vilas, cidades e povoados, inseridos que estão em redes sociais de clientelismo, em trocas políticas, em negociações e enfrentamentos.

Então, através de uma breve comparação entre listagens dos aldeamentos produzidas no final do século XVIII e início do XIX podemos observar as transformações ocorridas no espaço estudado, principalmente a redução de índios e a transformação das aldeias em vilas e

lugares, além de perceber grupos que não estavam aldeados, ajudando a construir um quadro sobre as populações indígenas em Pernambuco.

Em 1760, existiam 27 aldeias na capitania de Pernambuco e na comarca de Alagoas, com índios de diferentes grupos e ainda com a presença de missionários.¹ Já entre 1761 e 1763, após a atuação do ouvidor geral das Alagoas Manuel de Gouveia Alvarez, as antigas aldeias e os índios foram referenciados a partir da vila ou lugar criado, passando a existir então sete agrupamentos (Vila Ilha de Santa Maria, Vila Ilha de Assunção, Vila de Cimbres, Lugar Águas Belas, Lugar Barreiro, Lugar Porto Real e Vila Atalaya, estas duas últimas incorporadas posteriormente à província de Alagoas).² É interessante notar na descrição das duas listagens como logo após o cumprimento da ordem de erigir vilas nas aldeias, vários povos indígenas são apresentados ainda mais reduzidos em seus territórios, principalmente com a instalação de câmara, pelourinho e outros aparatos administrativos, como também pela presença de não-índios, estimulados pela legislação pombalina a se estabelecer entre os indígenas.

Em 1823 o estudo de Nelson Barbalho traz relatos dos indígenas existentes em Pernambuco relacionados aos municípios ou localidades que habitavam, sendo descritos 12 grupos: Ansus ou Anchus (sertão do Araripe), Aricobés (vila da Barra), Caracus (Flores), Caraíbas (município de Boa Vista), Carapotós (município de Cimbres), Carnijós ou Carijós (povoação de Águas Belas), Cariris (município de Cimbres), Pancurus (cidade de Tacaratu), Paraquiós ou Paratiós (sertão do Ararobá), Tuxás (município de Cabrobó), Umães e Umãos (município de Cabrobó) e Xocurus ou Xucurus (município de Cimbres). Além desses, o estudo também aborda outros quatro grupos que teriam sido extintos ou que seriam considerados de pouquíssima relevância para a região que habitavam: Chocós ou Xocós, Omaris, Pipipães ou Pipipões e Rodelas ou Rodeleiros. (BARBALHO, 1984: 180-186).

Apesar das informações contidas nas listagens e em relatórios apontarem para um desaparecimento das populações indígenas, pode-se notar uma participação intensa de grupos indígenas, de maneiras variadas nos rumos dados aos seus territórios, no desenvolvimento das vilas, bem como nos movimentos políticos da região no período em estudo.

¹ Relação das aldeias que há no distrito do Governo de Pernambuco, e capitanias anexas, de diversas nações de índios [1760]. (MEDEIROS, 2007: 148-152).

² “Relação dos novos estabelecimentos das vilas e lugares dos índios do Governo de Pernambuco da parte do Sul, executados por Manoel de Gouveia Alvares, cavaleiro professo na Ordem de Cristo, Ouvidor Geral da Comarca das Alagoas” in Carta de Luis Diogo Lobo da Silva a Francisco Xavier de Mendonça Furtado. 23 de novembro de 1763.

2. Pernambuco: participação indígena e movimentos rebeldes.

Os movimentos rebeldes da primeira metade do século XIX refletiram as diferentes relações estabelecidas entre seus participantes e o governo estabelecido (ligado à Coroa portuguesa ou, logo em seguida, independente), e também os momentos políticos específicos em que cada um ocorreu.

O primeiro deles em Pernambuco, a Insurreição de 1817, foi marcado por um momento de baixa nos preços do açúcar e do algodão nos mercados internacionais. (MOTA, 1979: 13-14). Por outro lado, a transmigração da corte portuguesa para o Rio de Janeiro em 1808 possibilitou a abertura dos portos às “nações amigas” e a maior comercialização dos produtos brasileiros de exportação. No entanto, na tentativa de retomar privilégios comerciais em relação às outras nações européias, a Coroa portuguesa investiu na política fiscal através da imposição de novos tributos. Essa seria a maneira encontrada para manter a máquina burocrática e administrativa da metrópole. (LEITE, 1988: 251). A delicada situação ainda estava permeada por uma forte oposição dos brasileiros aos portugueses funcionários públicos e comerciantes. (CARDOSO, 1990:125). A eclosão da Insurreição, formada pela aliança entre plantadores, comerciantes e bacharéis, resultou na instalação de uma república em Pernambuco que durou cerca de setenta dias, sendo derrotada ao fim desse período por tropas enviadas da Bahia e do Rio de Janeiro. (CARVALHO, 1996: 56)

Durante a Insurreição, índios de aldeias diferentes ajudaram a Coroa a reprimir o movimento, principalmente os localizados nas fronteiras dos atuais estados de Alagoas e Pernambuco, tendo em vista os jogos políticos de trocas e conflitos nos quais interagiam, conferindo uma ajuda importante à repressão.

Em ofício, Antônio Batalha, ouvidor da comarca de Atalaia, informa que não se aliou ao governo provisório (rebelde), ao contrário do que tinha feito o ouvidor das Alagoas. A câmara de Atalaia pediu orientações ao seu ouvidor que, no intuito de conseguir aliados, já que a Câmara “era também composta de alguns índios”, acrescentou que “a intenção do Governo Provisório era alistá-los por soldados, contra Vossa Majestade, apossarem-se das terras dos que morressem na guerra, e reduzir à escravidão os que escapassem”. Como resultado, “os índios murmuraram e principiam desde então a fazer armas (...)”. Os índios de Atalaia atenderam à incitação do ouvidor, já que marcharam em direção à vila das Alagoas na intenção de atacá-la. Ainda em Alagoas, os índios da Missão da Palmeira, ao invés de

pegarem em armas, abriram caminhos, prepararam reses e capim para a cavalaria e artilharia que estaria chegando da Bahia.³

A ajuda às tropas da corte viria também de localidades no interior de Pernambuco, como pode-se ver através de ofício do sargento mor da vila de Garanhuns, que informa sua disposição em marchar com “mais índios da minha direção para a defesa real”.⁴

Essas informações são elucidativas sobre os conflitos ocorridos entre rebeldes e tropas obedientes à coroa pois, tendo em vista que a derrota militar do Governo Provisório de 1817 ocorreu com apoio da Bahia e de Alagoas ao Rei, grupos indígenas tiveram participação importante em diferentes níveis, seja como força beligerante, seja como representação na localidade (como no caso dos índios na câmara de Atalaia), ou como mão-de-obra para facilitar o acesso a região dos conflitos.

Após a Independência, os movimentos rebeldes em Pernambuco continuaram a se destacar no cenário político. A Confederação do Equador, outra rebelião de cunho separatista, eclodiu em 1824 em resposta à outorga da Constituição por D. Pedro I e, conseqüentemente, do estabelecimento do Poder Moderador. Além da questão política latente, as elites pernambucanas novamente estavam descontentes com a forma encontrada pelo Governo central para consolidar o Estado nacional após a Independência, pois, a retirada de rendas das províncias e os empréstimos externos para garantir o reconhecimento da separação definitiva da antiga metrópole.(LEITE, 1989: 140).

Ao movimento separatista, juntaram-se as províncias do Ceará, do Rio Grande do Norte e da Paraíba. Entretanto, os ideais revolucionários de estabelecimento da república, do federalismo, da abolição do tráfico negreiro para o porto do Recife, e o amplo apoio popular, assustaram as elites locais, que haviam apoiado inicialmente a Confederação. O recuo das elites facilitou a repressão do governo central, que contratou tropas e uma divisão naval de mercenários ingleses. (BASILE, 1990: 214).

Nesse caso, o grupo de índios que teve grande participação nas investidas militares foram os índios habitantes do vale do rio Jacuípe, localizado na fronteira entre Alagoas e Pernambuco. Na ocasião da Confederação do Equador, os índios de Jacuípe (como são referenciados na documentação) lutaram ao lado das tropas imperiais contra os rebeldes, estreitando suas alianças com autoridades locais. Segundo Marcus Carvalho, essa participação

³ Biblioteca Nacional/RJ. Coleção Documentos Históricos. Revolução de 1817. Vol. 103. Carta do ouvidor da Comarca das Alagoas, Antônio Batalha, para o rei. Documento 52, p. 64-71.

⁴ Biblioteca Nacional/RJ. Coleção Documentos Históricos. Revolução de 1817. Vol. 104. Carta do sargento mor da vila de Garanhuns, João Tenório de Albuquerque, para o governo da província. Documento 47, p.94-95.

dos índios de Jacuípe ao lado do governo na repressão, incentivou a presença da imagem de d. Pedro I como o “garantidor da posse das terras” para os indígenas. (CARVALHO, 1996: 56).

Outro grupo indígena relacionado aos conflitos da Confederação do Equador foram os índios do Brejo da Madre de Deus, acusados por várias fontes de “absolutistas e contrários a causa do Brasil”. (CARVALHO, 1996: 59). No mesmo ano da Confederação (1824), os índios do Ararobá (serra na qual estava situado o povoado do Brejo) sofreram um massacre, sob o pretexto de roubos e assassinatos cometidos pelos mesmos. Segundo relatos do acontecimento, muitos foram mortos pelas tropas governistas (na época, comandadas pelos confederados), cerca de oitenta foram enviados a Recife e seus filhos divididos entre os habitantes da comarca como escravos. (BARBALHO, 1984: 34).

No entanto, ao ter em vista a dinâmica social local na década de 1820, podemos entender o massacre dos índios do Ararobá e o seu suposto posicionamento contra o governo da Confederação. Em 1822, a Câmara de Cimbres (distrito do Brejo) já tentava extinguir o aldeamento e se apropriar das respectivas terras. Com o objetivo de defender seus interesses, os índios do Ararobá se aliaram a um inimigo político do presidente da Câmara se opondo diretamente às suas disposições. Como represália, sofreram um massacre apenas dois anos depois. (COSTA, 1983: 241).

Embora os relatos sobre as duas rebeliões supracitadas indiquem claramente a participação indígena, o peso de sua interferência seria mais sentido durante a Guerra dos Cabanos (1832-1835), que chegou a se tornar referência para outros movimentos rebeldes no tocante ao seu forte cunho social, pois conseguira reunir nas tropas rebeldes, instaladas nas matas, negros “papa-méis”, índios e outros despossuídos.⁵ Não obstante, essa foi uma revolta com objetivo restaurador, ou seja, contrário à Monarquia constitucionalista representada pela Regência e a favor da volta de D. Pedro I ao trono. (ANDRADE, 2005: 233).

Um dos estudos pioneiros sobre essa rebelião foi o de Manuel Correia de Andrade, que a analisa como um movimento de características contraditórias, já que seria uma “revolução de massas” e, ao mesmo tempo, absolutista quanto aos seus objetivos. (ANDRADE, 2005: 234). Essa interpretação seria repetida em vários estudos posteriores, como os de Décio Freitas e Dirceu Lindoso. (FREITAS, 1982; LINDOSO, 1983). Nesses estudos, o grupo indígena mais referenciado novamente é o dos índios de Jacuípe, que se aliaram aos cabanos no intuito de fazer frente aos novos governos após a Abdicação e

⁵ José Murilo de Carvalho tece comentários sobre a Guerra dos Cabanos e o envolvimento de vários segmentos da sociedade de Pernambuco, considerando-a “o mais fascinante movimento popular da época”, pois “envolveu pequenos proprietários, camponeses, índios e escravos e contou com o apoio de ricos comerciantes portugueses de Recife e de políticos restauracionistas do Rio.” (CARVALHO, 2003: 252).

tentando manter suas relações com políticos conservadores. Em grande parte das comunicações feitas pelos Juizes de Paz das localidades próximas aos conflitos, existem relatos da participação dos índios de Jacuípe diretamente nos conflitos e da sua aliança com os líderes cabanos, como no caso abaixo:

*Depois que recebi o ofício do Juiz de Paz de Jacuípe sobre a insurreição daqueles índios, tenho recebido outros muitos de todas as autoridades tanto municipais como judiciais da vila de Porto Calvo, participando-me estar em armas João Baptista de Barra grande com parte daqueles índios (...)*⁶

No lado liberal dos conflitos estavam os índios de Barreiros, que ajudaram o governo provincial a reprimir a sublevação cabana. Além das questões políticas, Dirceu Lindoso confere uma explicação étnica para a escolha de lados opostos dos embates pelos índios de Jacuípe e dos de Barreiros, pois os primeiros seriam de origem cariri e os últimos de procedência tupi sendo assim, segundo o autor, grupos rivais. (LINDOSO, 1983: 188).

Apesar de Lindoso apresentar mais detalhes sobre os índios envolvidos na Guerra dos Cabanos, acaba fazendo uma interpretação que naturaliza as rivalidades entre os grupos, impingindo uma explicação culturalista para justificar tal oposição. Levando em consideração outros fatores, tais como a dinâmica local, é fundamental a análise das escolhas e negociações feitas pelos índios de grupos diferentes, tendo em vista os seus próprios interesses, o que nos leva a perceber inclusive como esses índios se envolveram em lados opostos dos conflitos.

Essa perspectiva também deve ser considerada para a compreensão do movimento seguinte à Cabanada, a Insurreição Praieira, que apresentava objetivos completamente diversos daquela e, ao mesmo tempo, possuía uma estreita conexão com os grupos políticos envolvidos nos acontecimentos de 1817 e 1824. Após o período do governo liberal em Pernambuco (1845-1848), a situação política imperial se inverteria e recolocaria os conservadores em cargos administrativos da província. Nesse momento, vários indivíduos praiheiros foram demitidos de suas funções, mas cerca de 40 deles (proprietários rurais) se negaram a entregar os cargos e a devolver as armas que estavam em seu poder, dando início aos conflitos da Praieira. Assim,

a raiz da Praieira foi esta disputa pelo poder local, principalmente pelos cargos na Polícia Civil, e secundariamente na Assembléia Provincial, nas Câmaras, na Justiça de Paz e Guarda Nacional. (CARVALHO, 2003: 212)

⁶ Apeje. Juizes de Paz, volume 5. Fl. 137. Ofício do Juiz de paz do Una para o presidente da província, Francisco de Carvalho Paes de Andrade. 28/08/1832.

Nos embates iniciados em 1848, novamente se fizeram presentes índios de vários grupos, aliados aos praieiros ou apoiando o governo na repressão à Insurreição, como, por exemplo, os índios de Barreiros, que seguiram os líderes liberais. O seu líder indígena foi Bento Duarte, também conhecido como Bento dos Índios⁷, oficial da Guarda Nacional, que se colocaria ao lado do capitão Pedro Ivo, a liderança praieira.

Além desses índios, os de Jacuípe também se aliaram aos praieiros, deixando de lado antigas desavenças com liberais e com os índios de Barreiros, como tinha ocorrido durante a Cabanada. Após um ataque fracassado a Recife, em 1849, os índios das duas aldeias, seguindo Pedro Ivo, refugiaram-se em Água Preta (cidade da mata sul pernambucana), onde resistiram por mais um ano. Nessa região, ganhou notoriedade o cacique Maurício, que acompanhou Pedro Ivo até o final dos conflitos, ao ser morto.(CARVALHO, 1996: 58-59).

Além do envolvimento indígena nas várias rebeliões, na documentação do século XIX também encontra-se descrições dos grupos indígenas enfatizando o processo de extinção devido a um forte declínio demográfico não explicado ou em decorrência de graves perseguições de políticos e fazendeiros locais.

As informações sobre a degradação e os indícios do progressivo desaparecimento dos indígenas são tratadas em ofício do presidente da província, José Carlos Mairink da Silva Ferrão, em 1827. Sobre a situação dos índios de Pernambuco, o presidente afirma que estes se achavam em “contínuo ócio, em estado de aviltamento e miséria, sem interesse, sem amor de família, em pior estado ainda que o de selvagens”.⁸ Além disso, fala da corrupção dos índios devido a sua participação nas “convulsões” da província, fazendo-os seguirem as facções conflituosas, passando a furtar e assassinar. Para combater esse tipo de problema, o presidente acredita ser importante emancipar os índios, acabando com a tutela, fazendo com que eles passassem a trabalhar e também que as boas terras das aldeias fossem revertidas para o Estado, ou fossem vendidas para que fossem produzidos açúcar, algodão ou qualquer outro gênero alimentício.⁹ Corroborando essas idéias, em 1844, autoridades provinciais classificaram os índios como “bárbaros” e em estado de abandono.¹⁰

Apesar da documentação relativa ao século XIX indicar o progressivo desaparecimento das populações indígenas e a necessidade de retirar-lhes a tutela estatal

⁷ Apeje. Câmaras Municipais, vol. 10. Fl. 473. Ofício do presidente da câmara municipal de Serinhaém para o delegado de paz de Una. 04/05/1832.

⁸ Apeje. Correspondência para a Corte, volume 31. Fl 107-109. Ofício do presidente da província, José Carlos Mairink da Silva Ferrão, para o ministro do Império, Visconde de São Leopoldo. 05/04/1827.

⁹ Apeje. Correspondência para a Corte, volume 31. Fl 107-109. Ofício do presidente da província, José Carlos Mairink da Silva Ferrão, para o ministro do Império, Visconde de São Leopoldo. 05/04/1827.

¹⁰ Relatório da Assembléia Legislativa de Pernambuco para o presidente da província, Barão da Boa Vista. 01/03/1844. <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/659/> visitado em 23 jul 2010.

transformando-os em cidadãos e, por isso, destituídos de seus direitos coletivos (como o acesso às terras dos aldeamentos), é importante ter em vista que estas possuíam seus variados interesses, suas diversas demandas a ponto de se verem incitados a participarem dos conflitos e a negociar a sua participação com as elites e com o governo central, mesmo que as condições de sua interferência e negociação tenham sido desenvolvidas em relações desiguais de poder, nas quais é importante perceber que os indígenas se apropriavam de espaços de manobra (WOLF, 1982: 505-506), mesmo que restritos, para alcançar seus objetivos.

Bibliografia

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses Indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

_____. “O lugar dos índios na história entre múltiplos usos do passado: reflexões sobre cultura histórica e cultura política”. In: SOIHET, Rachel... [et al]. **Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A Guerra dos Cabanos**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2005.

BARBALHO, Nelson. BARBALHO, Nelson. **Cronologia Pernambucana; subsídios para a História do Agreste e do Sertão**. Recife: Centro de Estudos de História Municipal/FIAM, 1984.vol. 13.

BASILE, Marcello Otávio N. de C. “O Império brasileiro: panorama político”. In: LINHARES, Maria Yeda (org.). **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

CARDOSO, Ciro Flamarion. “A crise do colonialismo luso na América portuguesa – 1750-1822”. In LINHARES, Maria Yedda (org.). **História Geral do Brasil**. 9ª. Ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, Marcus J. M de. “Os índios de Pernambuco no ciclo das insurreições liberais, 1817-1848: ideologias e resistência”. In: **Revista da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica**. Curitiba, nº 11, 1996.

_____. **Os nomes da Revolução: lideranças populares na Insurreição Praieira, Recife, 1848-1849**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 23, nº45, p.209-238. 2003.

_____. “Movimentos sociais: Pernambuco (1831-1848)”. In: SALLES, Ricardo. GRINBERG, Keila. (orgs.). **O Brasil Imperial, volume II: 1831-1870**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

COSTA, F. A. Pereira da. **Anais Pernambucanos**, vol. 6. 2a. ed. Recife: Fundarpe, 1983.

FREITAS, Décio. **Cabanos, os guerrilheiros do Imperador**. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

MEDEIROS, Ricardo Pinto de. Política indigenista no Período Pombalino e seus reflexos nas capitanias do Norte da América Portuguesa. In: _____; OLIVEIRA, Carla Mary da Silva. **Novos olhares sobre as capitanias do Norte do Estado do Brasil**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2007.

LEITE, Glacyra. **Pernambuco 1817: estrutura e comportamentos sociais**. Recife: Fundaj, Ed. Massangana, 1988.

_____. **Pernambuco 1824: a Confederação do Equador**. Recife: Fundaj, Editora Massangana, 1989.

LINDOSO, Dirceu. **A Utopia armada: rebeliões de pobres nas matas do Tombo Real**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

MOTA, Carlos Guilherme. **Nordeste 1817: estruturas e argumentos**. São Paulo: Perspectiva, Editora da USP, 1979.

OLIVEIRA, João Pacheco de. “Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais”. In: **A Viagem da Volta: Etnicidade, Política e Reelaboração Cultural no Nordeste Indígena**. 2a. ed. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2004.

RIBEIRO, Gladys. **A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

WOLF, Eric. Apud MINTZ, Sidney. “Culture: an anthropological view”. **The Yale Review**. Yale University Press, 1982.